

A LINGUAGEM DOS OBJECTOS E A CRIAÇÃO DE SIGNIFICADO NO ESPAÇO DOMÉSTICO: UM REPERTÓRIO DE AFECTOS

CAROLINA LEITE*

RESUMO

O papel desempenhado pelos objectos na criação do espaço doméstico sugere que os consideremos como extensões do próprio indivíduo e, neste sentido, sujeitos a um processo de familiarização.

Sem inviabilizar os critérios de distinção associados às práticas de consumo que os objectos asseguram enquanto mecanismos de classificação social – e é sob este ângulo que a Sociologia tem concentrado o seu olhar sobre os objectos – procuramos aqui salientar uma outra dimensão a que estes também respondem, na sua qualidade de «arquivo de memórias». Nesta medida, os objectos asseguram um papel relevante de identificação dos indivíduos consigo próprios. Tratando-se de dispositivos com forte poder evocativo, permitindo a cada um de nós reconstituir o seu mapa de memórias, afectos e segredos, os objectos participam activamente nos mecanismos de apropriação que actualizam, em permanência, a relação dos indivíduos com a sua parte visível do «cosmos», que é o universo doméstico.

1. Objectos e grupos sociais – as imagens ausentes

Se a curiosidade nos interrogar sobre o interior do espaço doméstico de grupos sociais desfavorecidos e de menor visibilidade social, a primeira surpresa é a inexistência de representação desses interiores, nomeadamente em termos iconográficos, ausência denunciada por diferentes autores. Joelle Deniot, diz a propósito que «Toute archéologie du décor ouvrier

* Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga.

demeure, devant un tel mutisme, impensable» (1995: 14), sublinhando a escassez de referências aos interiores domésticos destes grupos sociais.

Trata-se de uma ausência sincrónica, isto é, confirmada por estudos em diferentes zonas e países mas ela é igualmente diacrónica, pois desde o séc. XIX, apenas encontramos breves referências nos relatos filantrópicos que se ocuparam da denúncia das formas degradadas das habitações operárias. Frédéric le Play sugeria nas suas célebres monografias operárias, o modo como se devia proceder para a recolha de material sobre as famílias e, neste sentido, recomendava a análise do espaço doméstico: «Para o [inquérito] levar a bom termo, o observador deve penetrar em todas as partes da habitação: inventariar os móveis, os utensílios, as roupas interiores e os vestidos (...)» (in Braga da Cruz, 1989: 248). Estes inventários permitem-nos medir o grau de presença dos objectos nas habitações, embora pouco se saiba sobre as práticas espaciais concretas que traduziam o tipo de uso dos objectos na sua relação com o espaço da habitação.

Esta escassez de referências ao modo de ocupação do espaço doméstico dos sectores mais desfavorecidos pode compreender-se no âmbito dos diferentes níveis de representação social em que se movem os vários grupos sociais. Quer isto dizer que os grupos com menos recursos e uma menor capacidade de estilização dos modos de habitar acabam por ser considerados como pouco ou nada «interessantes» para serem representados e divulgados, uma vez que as suas práticas não correspondem ao padrão dominante de ocupação e apropriação do espaço doméstico. Em *L'espace ouvrier*, Michel Verret, chama a atenção para a genealogia dos modelos decorativos: partindo dos grupos que reúnem as condições para os instituir, os modelos acabam por se reproduzir em ondas que vão atravessando os diferentes níveis sociais, num processo crescente de simplificação. Diz o autor:

«Ainsi la production de masse propose-t-elle de nos jours à la classe ouvrière (catalogues, vitrines, publicités) les décors que la petite-bourgeoisie d'hier ou d'avant-hier avait copiés des salons de l'hôtel bourgeois, lui-même partiellement recopié des salons nobles, dans la cascade de déformations infligés de chute en chute au modèle original» (1995: 187).

Neste processo de divulgação, a que corresponde a adulteração progressiva dos elementos que definiam a forma original (escala, materiais e composição de um dado objecto com os demais, etc.) acentua-se a distância à forma original. Pense-se, a título de exemplo, na reprodução do *Desterrado* de Soares dos Reis em miniaturas que ocupam um lugar decorativo em certos contextos domésticos. Simultaneamente, e no próprio movimento de divulgação, quebra-se a originalidade, a raridade e o exclusivo do grupo que, tendo atribuído valor decorativo a um dado objecto se vê privado da exclusividade dessa decisão. A reacção é sempre a de caricaturar a

distância que separa a cópia do original e, quando este intervalo não é suficientemente esclarecedor, impõe-se, por rejeição, um abandono da forma original. Também Pierre Bourdieu faz referência a esta mesma atitude, entendendo-a no quadro mais amplo da afirmação de pertença dos indivíduos nos seus grupos de filiação o que supõe, como consequência, a exclusão de todos os outros e a hierarquização de uns em relação aos outros:

«L'intolérance esthétique a des violences terribles. L'aversion pour les styles de vie différents est sans doute une des plus fortes barrières entre les classes (...) il n'est pas de lutte à propos de l'art qui n'ait aussi pour enjeu l'imposition d'un art de vivre, c'est-à-dire la transmutation d'une manière arbitraire de vivre en manière légitime d'exister qui jette dans l'arbitraire toute autre manière de vivre» (1979: 60).

De facto, a progressiva melhoria das condições de residência de um maior número de pessoas associada à produção de novas habitações, veio alterar também a forma de as ocupar. Por outro lado, banalizou-se o acesso aos objectos que são cada vez em maior número, ocupando uma presença constante e até agora sempre crescente no mercado da oferta. São, portanto, os próprios modelos decorativos que sofrem profundas alterações num cenário em que a acessibilidade ao consumo permite não só multiplicar o número de objectos presentes em casa como permite ainda complexificar as suas inúmeras combinatórias. Por outro lado, cresceu igualmente o número de pessoas com acesso aos *objectos inúteis*, isto é, ao consumo daquilo que, embora não respondendo ao desígnio da funcionalidade essencial, participa do jogo de composição dos interiores domésticos da maioria dos habitantes. Assim sendo, os critérios estéticos, quaisquer que sejam, passam a incorporar as escolhas destes novos consumidores.

Ora a avaliação estética dos objectos que compõem os interiores domésticos decorre do mesmo processo de classificação e de inscrição social dos indivíduos, já que, como lembra mais uma vez Pierre Bourdieu, «(...) le goût est le principe de tout ce que l'on a, personnes et choses, et de tout ce que l'on est pour les autres, de ce par quoi on se classe et par quoi on est classé» (1979: 59). E acrescenta, num outro momento:

«Le goût, propension et aptitude à l'appropriation (matérielle et/ou symbolique) d'une classe déterminé d'objets ou de pratiques classés et classants, est la formule génératrice qui est au principe du style de vie, ensemble unitaire de préférences distinctives qui expriment, dans la logique spécifique de chacun des sous-espaces symboliques, mobilier, vêtement, langage ou hexis corporelle, la même intention expressive.» (1979: 193).

A identificação individual com determinado gosto não pode ser vista fora do alcance dos grupos de pertença e daquilo que, num dado momento,

pode ser considerado de «bom gosto» ou, pelo menos, de um gosto legitimamente aceite e valorizado pelos membros do grupo de referência.

A percepção que cada grupo tem de outro acaba, fatalmente, por traduzir a posição que uns e outros ocupam na capacidade de produção de significado estético, na sua legitimidade e reconhecimento e na capacidade para o reproduzir enquanto modelo autorizado. Esta capacidade está, como é sobejamente conhecido, desigualmente repartida pelos indivíduos.

A utilidade desta perspectiva sociológica que classifica o gosto pela inscrição social, não elimina o cruzamento de outros olhares sobre os objectos. Assim, não nos parece inútil uma perspectiva de análise do gosto dentro do mesmo grupo social, fazendo intervir outros critérios de apropriação e de atribuição de significado aos objectos. Neste sentido, seguimos autores como Orvar Lofgren que, ao trabalhar aspectos da história cultural da Suécia, reformula a questão nos seguintes termos:

«L'Etat-providence ou les manipulations du marché n'expliquent pas, cependant, pourquoi des gens ont choisi d'investir autant de leur temps, argent et créativité dans ce domaine spécifique de la consommation. S'occuper de son chez-soi est désormais très étroitement lié à la création d'une identité: le foyer est un lieu où l'on essaie activement différents aspects de son ego» (1993: 66).

Se, a título de exemplo, tomarmos como referência uma população de Portugueses que abandonaram zonas rurais nas décadas de 60 e 70 no Norte de Portugal e habitam hoje cidades europeias ou os seus arredores, podemos seguir percursos onde, no espaço de uma geração, se constata a rápida passagem de uma situação de precaridade a uma outra, a da abundância de objectos.

1.1. *O universo rural português – a precaridade ainda tão perto*

No contexto português e embora as referências aos interiores domésticos mais rudimentares não abundem, temos de destacar a surpreendente excepção que representa o *Inquérito à habitação rural* (1943, 1944) – estudo que Salazar tanto se empenhou em mandar produzir para pouco depois o mandar suspender. O rigor e detalhe da descrição etnográfica permitem repertoriar não só os elementos relativos à concepção espacial dos interiores domésticos, mas também os níveis de conforto assim como os objectos disponíveis, sem esquecer o peso financeiro que a casa ocupa no rendimento do agregado (renda, despesas em iluminação, aquecimento e outros bens de manutenção).

O que se constata da leitura deste impressionante documento é o carácter rudimentar da habitação rural e a escassez de objectos que o ocupam traduzindo uma contida funcionalidade, ainda sem qualquer marca de um

consumo que se viria a banalizar, ao longo das décadas de sessenta e setenta, em muitos casos por via da emigração.

Importa, no entanto, lembrar que o carácter rudimentar da habitação não era exclusivo das habitações rurais, como lembra, entre outros, Leite de Vasconcelos: «Operários de fábricas de tecelagem dos rios Ave e Vizela (Famalicão) vivem em barracas de madeira, onde entram vento e chuva, não, porém, a luz. Surgem em grupos a que o povo dá pitorescamente os nomes de *Ilha da Madeira* ou *Cidade de Pau*» (1983: 153).

O acesso ao salário que constitui, em grande parte, o poder de atracção das zonas industrializadas, não se revela capaz de travar uma situação da habitação que, como se constata, em nada excede o quadro de penúria que caracterizava o universo residencial rural.

Neste contexto, a esmagadora maioria da população portuguesa, independentemente da sua origem rural ou urbana, encontrava-se impedida de aceder ao jogo de composição dos objectos, uma vez que a sua luta diária era dirigida para assegurar os mais elementares níveis de sobrevivência.

1.2. *Uma casa-tipo nas serras do Alto Minho*

Depois de uma descrição minuciosa das formas construtivas e dos poucos materiais de construção utilizados (pedra, talhada em blocos), já que a cal e a argamassa eram raros, isto para não falar na madeira, pois segundo o autor era material que apenas se destinava à construção das coberturas e dos pavimentos, este prossegue, acrescentando detalhes quanto à tipologia dominante local:

«O edifício destinado a moradia tem dois compartimentos separados por uma divisória de tábuas de pinho apenas justapostas», cada um deles com uma área de cerca de 9 m² (Castro Caldas, 1943: 83). Num destes compartimentos encontra-se a lareira, ao centro, enquanto o outro é destinado a quarto de dormir, do casal e de duas filhas. Como se pode ler, são divisões mal arejadas e onde a falta de uma chaminé impede a saída do fumo e a renovação do ar. Existem depois os espaços de armazém e da corte do gado. Esta concepção rudimentar do interior doméstico permanece ainda hoje visível em numerosas habitações rurais que mantiveram a sua estrutura ancestral.

A casa que o autor nos faz visitar situa-se na freguesia de Castro Laboreiro, no concelho de Melgaço. O espaço doméstico organiza-se em torno da lareira, numa atmosfera «impenetrável de fumo» marcada pelo extremo desconforto (Castro Caldas, 1943: 80).

Todos os bens existentes na casa, entre mobiliário e utensílios domésticos, descritos de forma exaustiva num inventário a que não faltam o cálculo do valor de compra e do valor estimado à data do inquérito, correspondem à lista que a seguir transcrevemos:

2 camas de pinho, com colchão;
1 cama de pinho com colchão;
1 banco de lareira;
1 banco comprido sem costas;
1 banco pequeno;
1 armário de parede;
1 armário tosco;
1 masseira de pinho;
2 arcas de castanho;
1 máquina «Singer», modelo antigo.

A lista dos utensílios não é longa:

3 potes de ferro;
23 garfos;
26 colheres;
3 facas;
2 almotolias;
1 caneco para a água;
1 peneira;
1 lampião;
1 candeio.

Acrescentam-se ainda, no capítulo das louças e vidros:

10 pratos, 3 travessas, 4 copos, 6 garrafas, 4 malgas, 2 alguidares.

E, finalmente, as roupas de casa:

6 lençóis, 2 travesseiros, 6 mantas, 4 mantas, 5 metades de manta,
4 toalhas de mesa e uma toalha de rosto.

Se tentássemos igual inventário na actualidade, nas famílias que embora tendo nascido e vivido neste cenário, o abandonaram, trocando-o por outro destino, no país ou no estrangeiro, seríamos confrontados com a enorme dificuldade em repertoriar todos os objectos presentes na casa, dada a sua multiplicação provável em muitas dezenas de novos objectos, alguns dos referidos e muitos outros entretanto acrescentados.

A progressiva acessibilidade à abundância de objectos veio transformar este cenário, até há pouco dominante em largas zonas do país, passando-se, no curto espaço de duas ou três décadas, da precaridade à abundância, da estrita funcionalidade dos objectos artesanais para o discurso da sua preservação (e isto em nome da salvaguarda de *savoir-faire* artesanais ameaçados de liquidação total pela avalanche imposta pela reprodução industrial).

2. O espaço doméstico como lugar de recomposição de si

Sabemos pelo contributo de diferentes disciplinas que o espaço doméstico constitui um território de reconstituição permanente da identidade. Numa outra perspectiva, Michel Foucault ou Jacques Donzelot (1977), por exemplo, situam a casa não só como uma máquina que permitiu uma melhoria das condições de vida mas também como um local de imposição de normas. O higienismo e a acção dos chamados patrões sociais, nomeadamente na segunda metade do séc. XIX, ajudaram a concretizar este princípio de aplicação do controle social, através da casa. Tinha sido encontrada uma forma subtil de dominação que colocava os grupos mais desfavorecidos numa situação quase sem escolha, tendo em conta a precaridade de alojamento destes grupos.

A consolidação da ordem social passava, a partir de então, por mais um forte factor de integração: a habitação. E para todos aqueles que estavam excluídos do acesso a um alojamento, poderiam beneficiar da oferta que os poderes públicos, nalguns casos privados (empregadores como foi o caso dos «patrões sociais») disponibilizavam, em troco de um reforço da dependência bem como do cumprimento estrito de uma ordem moral que não contemplava desvios.

No entanto, outras dimensões estão presentes no entendimento da casa, sobretudo se a analisarmos a partir da sua vida interior. De facto, os «interiores» domésticos asseguram, além das funções de abrigo e sobrevivência, a criação de uma plataforma permanente para as relações sociais com o exterior e, neste sentido, traduzem também o modo como a família se dá a ver: «Notre maison, nos meubles et la façon dont ils sont disposés, tout l'arrangement des pièces où nous vivons, nous rappellent notre famille et les amis que nous voyons souvent dans ce cadre» (Halbwachs: 131). Nesta cultura de interior, que participa no que Zeldin chama «a nossa civilização privada» (1994), os objectos participam activamente nesta encenação destinada em grande parte aos visitantes (os esperados e os de circunstância), ajudando assim a definir o papel e o estatuto que a família deseja assumir face ao olhar exterior. Martine Segalen (1993) considera mesmo que os objectos permitem estabelecer, de modo mais ou menos consciente, a fronteira entre a esfera pública e a esfera privada.

Finalmente, uma outra dimensão é a que analisa o processo de identificação que os indivíduos reservam e promovem no interior do espaço doméstico. É neste contexto que os objectos entram, fortalecendo o processo de apropriação.

3. Os objectos: o corpo-a-corpo emocional com as coisas

De facto, o mundo industrial da produção em massa inaugurou uma nova forma de relação dos indivíduos com os objectos, cada vez mais extensível a grupos até então excluídos do consumo. A sua fácil reprodução, crescente acessibilidade e progressiva banalização alteraram o ciclo de vida dos objectos, cada vez mais curto e mais sujeito a desgaste – desgaste efectivo ou simplesmente de imagem – já que uma poderosa máquina de sedução nos incita à constante renovação destes por outros objectos: esta é, em suma, a ideia-matriz da sociedade de consumo. Para aqueles que chegam mais tarde ao reino da abundância, e que grosso modo corresponde aos que durante mais tempo foram expostos à pobreza, há uma experiência jubilatória incontestável. Este consumo, até há pouco impensável, confronta-se, no entanto, com um discurso moralista que associa esta fase de consumismo a uma inevitável perda de valores, dissociando as práticas do seu contexto e das limitações que permanecem associadas a este processo:

«La consommation célébrait la victoire sur la pauvreté; elle permettait de faire de son foyer une forteresse privée à l'abri des humiliations du travail, un endroit plein d'objets de son choix, même s'il ne s'agissait que d'imitations bon marché, et même si une frustration permanente résultait de l'impossibilité de s'offrir tout ce qu'on désirait». (Zeldin, 1994: 296).

A Sociologia analisou este processo, situando-o no quadro das exigências da próprio modelo da industrialização mas igualmente no âmbito de critérios de representação social. Jean Baudrillard (1970) vê nos objectos e no seu consumo uma circulação de signos destinados à criação e reforço de um estatuto social, tal como Pierre Bourdieu (1979), que os incorpora nos *habitus* dos diferentes grupos sociais e nas estratégias de distinção que uns e outros exibem na cena social, numa luta incessante pela marcação de estatuto e pelo seu reconhecimento.

Sendo certo que os indivíduos procuram o reconhecimento exterior é igualmente verdade que eles procuram, também – e não sei mesmo se antes de tudo – o reconhecimento de si próprios, mesmo se esta dimensão ainda é tributária do reconhecimento dos mais próximos. Mas a relação com os objectos não se esgota na criação de estatuto que eles são capazes de consolidar. De facto, na relação que cada um alimenta com os objectos pessoais, existe como diz Kaufmann (1997: 6) «um corpo a corpo emocional com as coisas», considerando os objectos como extensões do próprio indivíduo, tal como Heidegger sublinhou, uma espécie de extensão *do ser* nas coisas:

«La perte même du contact avec les choses, qui est observé dans les états de dépression, ne serait aucunement possible si un état de ce genre ne demeurerait pas, lui aussi, ce qu'il est en tant qu'état humain. À savoir, un séjour auprès

des choses. C'est seulement lorsque ce séjour caractérise déjà la condition humaine que les choses auprès desquelles nous sommes peuvent cependant *ne rien* nous dire, *ne plus* nous toucher» (1992: 188).

A experiência de perda de si nas coisas, isto é, de ruptura com o meio envolvente e, em particular, com os objectos que acolhem e reflectem a projecção das nossas memórias e afectos, permite-nos centrar sobre a tão pouco falada relação existente entre nós e os referidos objectos. Se, tal como refere Heidegger, a perda do sentido dessa relação corresponde ao estado de depressão – quando *as coisas nada nos dizem* – o mesmo é dizer que essa relação se recupera sempre que emergimos dessa situação de ruptura para um estado afectivo dinâmico, capaz de restabelecer o diálogo com o que nos envolve: pessoas, outros seres, coisas e atmosferas. A linguagem assim reestabelecida, parecendo óbvia na experiência que é a de cada um de nós, é no entanto feita de um vocabulário restrito, de uma gramática incipiente e de um território sem nome na inquietante fortaleza que é a do conhecimento instituído.

3.1. *Pessoas e objectos em circulação*

No caso da população a que antes fizemos referência, e tratando-se de um grupo maioritariamente repartido numa dupla habitação – no país de trabalho, onde residem e na terra de origem, onde passam férias e/ou pensam instalar-se mais tarde –, a relação com os objectos é em grande parte tributária do carácter atribuído a cada uma das casas. De facto, a presença dos objectos é indissociável das condições de habitação e do estatuto de ocupação do alojamento. Uma estética pragmática e estritamente funcionalista corresponde à exiguidade do espaço do alojamento e a uma situação em que a família assume o carácter provisório da ocupação (quer por futura compra ou por iminente regresso a Portugal, ou outra situação). O mesmo espaço, com características equivalentes, mas encarado como solução residencial prolongada, beneficiará de um tratamento mais cuidado em matéria de decoração e disposição dos objectos.

Refira-se, a título de curiosidade, que nos casos em que as habitações correspondem a locais de trabalho, transformando o espaço ocupado em espaço semi-público ou público (refira-se o caso das porteiras), esse imperativo funcionalista é ainda reforçado por uma estratégia de discrição e de invisibilidade que os moradores portugueses preferem perpetuar face aos seus clientes, os moradores franceses. Trata-se portanto de uma estética regida por uma estratégia, em parte funcional, em parte calculada. Tal não impede, contudo, que as mesmas famílias não estejam mobilizadas em práticas de acumulação de objectos que dirigem para as suas casas na aldeia ou para a futura casa que pretendem ocupar no país de trabalho.

O crescente número de proprietários nesta população permite estudar o tipo de ocupação na passagem de um alojamento para outro, maior e com melhores condições de habitabilidade. Nestas circunstâncias, tomam lugar, de imediato, os modelos estandardizados do conforto, decoração, móveis e objectos de garantido valor de prestígio no grupo social de referência. No entanto, e qualquer que seja o espaço físico que define e limita a habitação, e qualquer que seja o nível de conforto que aí encontremos, o interior doméstico permanece o local onde a espacialização dos símbolos encontra o seu território privilegiado.

Conclusão

Antes de mais, importa salientar a especial importância que, no contexto migratório, os objectos asseguram como canais de representação e de identificação dos indivíduos, estes mais ameaçados do que outros face à miragem desagregadora das separações impostas pela distância. A selecção e o jogo combinatório a que os objectos se prestam garantem ao seu utilizador a possibilidade de se reconhecer através do capital de memória e do forte poder evocativo que são capazes de irradiar. São pessoas, vivas e mortas, experiências, lugares, laços de pertença (individual, colectiva, regional, nacional, etc.) que se acumulam nos objectos, por mais insignificante que seja a sua cotação na bolsa que lhes atribui e define o valor material e a respectiva classificação social.

Tendo em conta que se trata de uma população sujeita a uma forte pressão de mobilidade – geográfica, residencial e social – também os modelos decorativos e, concretamente, *os objectos*, não escapam a esse princípio de circulação: levam-se móveis, produtos artesanais, objectos de família ou símbolos religiosos, enquanto para a casa na aldeia se trazem outros móveis, as últimas novidades em electrodomésticos e um sem número de pequenos equipamentos destinados a promover o conforto e a imagem do conforto, ainda que o seu uso efectivo possa permanecer adiado.

Os objectos, participando nas circulações entre casas e países acabam por se tornar eles próprios, parte e testemunhas desse movimento, reforçando o seu poder de estabilizadores das identidades.

E, se é verdade que o consumo celebra a vitória sobre a penúria (Zeldin, 1994), vale a pena questionar os temores moralistas dos que insistem nas visões apocalípticas que decorrem do consumo de massas. A constatação de que muitos trocam a prática religiosa pela digressão encantada no Centro Comercial, não é, afinal, assim tão surpreendente. A sugestão de abundância cria a miragem de um *lugar quente*, onde se procura, não só *as coisas* de que se precisa, mas igualmente, *o encontro* com todos os outros frequentadores. O *sentimento de pertença* é quase tão forte como aquele que

pode ser criado pela religião, lembra mais uma vez Zeldin (1994: 296) e, esse sim, é o *bem* por todos mais procurado. A fabricação de laços de pertença, o desejo de encontro com aqueles em quem nos reconhecemos ou a curiosidade pelos outros desconhecidos, encontrará muitas outras formas de mediação mesmo se, temporariamente, tende, para muitos, a estar associada à festa da abundância. Mas são vários os sinais que anunciam a sua progressiva deslocação e múltiplas as vozes que a manifestam: «La période des années 1980 marquée par une consommation effrénée est bien finie, la fringale d'objets se clôt sur une indigestion» (Segalen, 1993: 13), ou ainda, «les luxes les plus recherchés ne sont plus ceux que l'argent peut procurer, les relations humaines paraissent plus enviables que la possession» (Zeldin, 1994: 297).

O valor último dos objectos parece, assim, muito mais determinado pela sua capacidade em projectar sobre nós aquilo que é e foi o nosso investimento emocional. Partilhando connosco a variedade de sentimentos que os outros suscitam em nós – no complexo jogo das suas transformações e sucessivas actualizações – os objectos cristalizam memórias que, muitas vezes, parecem ser-lhes exclusivas. E cada um conhece este poder particular dos objectos, que passa pela exclusividade de um sentido que, não estando ao alcance de quem o olha, funda a relação que cada um institui com os seus objectos de estimação. Só nós conhecemos toda a sua força de sentido. E não raras vezes, agem como se fossem a única entrada para uma reserva de segredos que, de outro modo, não encontrariam caminho para se materializarem numa narrativa de memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arquitectura Popular em Portugal* (1988) – Associação de Arquitectos Portugueses, Lisboa (© 1961).
- BARRETO, António (org.; 1996) – *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- BASTO, E. A. Lima; BARROS, Henrique de (1943) – *Inquérito à habitação rural*, 1.º volume, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- BAUDRILLARD, Jean (1970) – *La société de consommation*, Denoel, Paris.
- BOURDIEU, Pierre (1979) – *La Distinction, critique sociale du jugement*, Minuit, Paris.
- CALDAS, Castro (1943) – «A habitação rural no Minho Interior ou Alto Minho», pp. 73-136, in Basto, E. A. Lima; Barros, Henrique de – *Inquérito à habitação rural*, 1.º volume, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- CRUZ, Manuel Braga da (1989) – *Teorias sociológicas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- DENIOT, Joelle (1995) – *Ethnologie du décor en milieu ouvrier*, L'Harmattan, Paris.
- DONZELOT, Jacques (1976) – *La police des familles*, Minuit, Paris.
- HEIDEGGER, Martin (1992) – «Bâtir, habiter, penser», pp. 170-193, in *Essais et Conférences*, Gallimard, Paris (© 1958).
- HOGGART, Richard (1970) – *La culture du pauvre*, Minuit, Paris (© 1957).
- KAUFMANN, Jean-Claude (1997) – *Le coeur à l'ouvrage, théorie de l'action ménagère*, Nathan, Paris.
- LIPOVETSKY, Gilles (1989) – *A era do vazio*, Relógio D'Água, Lisboa.
- RIAL, Carmen Silvia (1992) – «Da casa Açoriana à casa decorada: ensaio de estética popular», pp. 149-159, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 34, Fevereiro.
- SEGALEN, Martine; WITA, Béatrix de (1993) – Editorial, in «Chez-soi. Objets et décors : des créations familiales?», *Autrement*, n.º 137, Maio, pp. 11-23.
- SCHWARTZ, Olivier (1994) – *Le monde privé des ouvriers*, PUF, Paris.
- TEIXEIRA, Manuel (1996) – *Habitação popular na cidade oitocentista – as ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, Lisboa.
- VERRET, Michel (1995) – *L'espace ouvrier*, L'Harmattan, Paris (© 1979).
- ZELDIN, Theodor (1994) – *Les Françaises et l'histoire intime de l'humanité*, Fayard, Paris.